

Orientações para a Ação Sociotransformadora

Regionais da Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil



Comissão Episcopal
para a Ação
Sociotransformadora

Expediente

Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Bispos da Comissão

Dom José Valdeci Santos Mendes, bispo da Diocese de Brejo (MA)

Dom Geremias Steinmetz, arcebispo da Arquidiocese de Londrina (PR)

Dom João Aparecido Bergamasco, bispo da Diocese de Primavera do Leste – Paranatinga (MT)

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira, bispo da Prelazia do Marajó (PA)

Dom José Reginaldo Andrietta, bispo da Diocese de Jales (SP)

Dom Limacedo Antonio da Silva, bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira (PE)

Assessores

Alessandra Miranda

Padre Dário Bossi

Auxiliar administrativo

Felipe Marques Costa

Comunicação

Cláudia Pereira

Jucelene Rocha

Osnilda Lima

Diagramação

Mateus Leal

Brasília, novembro de 2024



Apresentação

Estas orientações apresentam diversos elementos que podem nortear a atuação das Comissões para a Ação Sociotransformadora nos 19 regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao longo do quadriênio 2024-2027, alinhando-se com a missão e o plano de ação da Comissão Sociotransformadora Nacional (CEPAST).

Propomos que, dentro do possível, seja unificada a denominação da coordenação das pastorais sociais nos regionais, chamando-a de “Comissão Regional para a Ação Sociotransformadora”. Isso facilita o alinhamento entre as coordenações regionais e a nacional, e um maior reconhecimento institucional, utilizando-se o nome da própria Comissão instituída pela CNBB.

As orientações auxiliarão no processo de acompanhamento e contribuição de organização e formação. No entanto, levamos em consideração a diversidade, os limites e os avanços de cada regional, valorizando, assim, as possíveis adaptações locais.

Contem conosco na jornada de criação ou fortalecimento das Comissões nos regionais.

Sempre à disposição.

Alessandra Miranda e Padre Dário Bossi

Assessores da Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora
da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

1 Missão da Comissão Sociotransformadora nos regionais

A Comissão para a Ação Sociotransformadora tem a atribuição de fortalecer a missão da Igreja na promoção da fraternidade universal, à luz da ecologia integral, para a construção de uma sociedade justa e solidária, promovendo o respeito aos Direitos Humanos e da Natureza, inspirando-se no Evangelho e no Ensino Social da Igreja, e assumindo a opção pelas pessoas empobrecidas.

2 Prioridades para a Comissão nos regionais:



Sensibilizar toda a Igreja para a dimensão sociotransformadora da fé, para que seja um compromisso da comunidade eclesial inteira, e não apenas das pastorais sociais, redes e organismos que atuam na área social;



Escutar o grito dos pobres e da Terra, e despertar em todas as dimensões e serviços da Igreja a vocação para a transformação da sociedade, à medida do sonho de Deus e de seu Reino. Para isso, esta Comissão deve estar interconectada com todas as outras, na promoção de uma pastoral de conjunto. Quando necessário, em sintonia com a CNBB do regional, a Comissão pode propor posicionamentos, cartas abertas, denúncias ou propostas sobre determinadas situações urgentes do Regional, e favorecer o diálogo e a incidência política para sua transformação;



Promover o diálogo da Igreja com a sociedade, em parcerias e ações conjuntas a serviço da justiça e da democracia, e agir com profecia onde a vida humana e a sua dignidade são negadas e ameaçadas, preferencialmente nas periferias geográficas e existenciais. Para isso, em particular, a Comissão pode fortalecer o diálogo e a colaboração constante com os Movimentos Populares;



Atuar com foco em duas dimensões estruturantes:

- a) Articular os Organismos, Redes e Pastorais Sociais que atuam no Regional, favorecendo a escuta recíproca, a interação, a formação e o planejamento comum, segundo a pastoral orgânica e de conjunto, em consonância com as orientações da Comissão Sociotransformadora Nacional;
- b) Interagir com as dioceses e paróquias do Regional, incentivando a criação de pastorais sociais, oferecendo orientações sobre a dimensão sociotransformadora da fé, e proporcionando formação e fortalecimento destas dimensões onde já existirem;
 - Animar e mobilizar o Regional com respeito a processos e eventos nacionais de particular importância para a Comissão Sociotransformadora, como o Projeto Popular “O Brasil que queremos”, a Campanha da Fraternidade, o Junho Verde, o Grito dos Excluídos, a Jornada Mundial dos Pobres, etc.;
 - Despertar a vocação de novos Agentes de Pastoral, e propor espaços de reflexão, articulação e formação entre eles;
 - Manter relações constantes com a CNBB regional, em diálogo com sua Presidência e interagindo com as outras comissões, integrando o planejamento desta Comissão no plano pastoral do regional e das dioceses.

3

Composição e organização da Cepast no regional

A Comissão de cada regional tem um bispo referencial, um(a) articulador(a) e uma equipe representativa, que deve levar em consideração os formatos de organização da Igreja no território. Sugerimos, para esta equipe, um formato que favoreça a ação pastoral da Comissão:

- A** uma representação de cada diocese ou prelazia, caso as dioceses e prelazias tenham uma liderança de referência como coordenador(a) do conjunto das pastorais sociais, ou outra liderança identificada no percurso. A indicação deve ser apresentada e legitimada pela diocese ou prelazia, pelo bispo ou coordenador de pastoral, em diálogo com o(a) articulador(a) regional;
- B** o(a) coordenador(a) de cada rede, organismo ou pastoral social atuante no regional. A indicação deve ser legitimada pelas coordenações nacionais destas mesmas redes, organismos ou pastorais.

Se, considerando estas sugestões de composição, se a Comissão for maior que 10-15 pessoas, aconselha-se escolher um grupo menor, de 4-5 pessoas, como equipe executiva que acompanhe o(a) articulador(a) regional na gestão da Comissão e definição de suas prioridades (uma equipe executiva).

4

Dinâmicas da Comissão no regional

- A Comissão precisa se encontrar presencialmente pelo menos três vezes ao ano, em etapas de planejamento, monitoramento

e avaliação das atividades. Pode ser oportuno convocar reuniões *online* quando necessário;

- Pode ser útil um encontro anual dedicado especificamente à oração e ao discernimento (retiro) e/ou à formação;
- Se existir, a equipe executiva precisa se reunir com certa frequência com o(a) articulador(a), para garantir um acompanhamento constante às atividades e processos em curso;
- O planejamento anual precisa ser socializado com a Cepast Nacional; deve ser garantida a avaliação do ano anterior e uma metodologia participativa. A assessoria da Cepast Nacional pode disponibilizar um instrumental para o planejamento;
- A formação da Comissão e dos agentes pastorais no Regional será consolidada a partir de novos materiais em produção, como o livro “Dimensão sociotransformadora do Evangelho”, que estará pronto no segundo semestre de 2025, e uma série de materiais pedagógicos e interconectados;
- A Comissão precisa animar iniciativas e mecanismos de autosustentação financeira, seja provocando a Igreja local para que destine parte dos recursos do dízimo e da Campanha para a Evangelização a favor da ação sociotransformadora, seja buscando formas de apoio externo;
- A Comissão precisa articular-se com a Pascom do Regional e das dioceses em vista da comunicação de seus projetos, ações e eventos. Pode também buscar outras formas para garantir visibilidade, possivelmente elaborando um pequeno plano de comunicação e identificando pessoas estratégicas de referência para isso.

5 Missão do bispo referencial da Comissão

O bispo referencial da Comissão no Regional é o elo de ligação entre a CNBB e as pastorais, organismos e redes locais. É nomeado pela Presidência do regional, em diálogo com o bispo presidente da CEPAST nacional.

Mantém relações e diálogo constante com a Presidência do regional e apresenta a ela, bem como às assembleias e reuniões dos bispos, as propostas, programações e necessidades da Comissão Sociotransformadora do regional.

Acolhe, avalia e suporta eventuais denúncias ou reivindicações que a Comissão elaborar, em comunhão com as pastorais, organismos e redes locais, e discerne, junto à Comissão, a incidência política necessária nestas situações.

Dialoga, quando necessário, com o presidente da Cepast e com os bispos que a compõem ao nível nacional, apresentando situações particulares, projetos, perspectivas ou solicitações de apoio.

Participa das reuniões *online* dos bispos referenciais promovidas pela Cepast nacional e, presencialmente, do Fórum da Cepast, que acontece uma vez por ano, favorecendo o intercâmbio e o fortalecimento pastoral a nível nacional.





Missão do(a) articulador(a) regional:

Quando ainda não existir uma Comissão formada, o(a) articulador(a) regional é indicado(a) pela Presidência do regional, em diálogo com o bispo referente no regional. Sua missão prioritária será formar a Comissão, como primeiro passo para as ações e planos seguintes.

Quando a Comissão já é atuante, ela pode apresentar à Presidência do regional e ao bispo referente três nomes, em ordem de preferência, para a escolha do(a) articulador(a) regional. O mandato do(a) articulador(a) regional dependerá da avaliação do regional; sugere-se, porém, que ele(a) tenha um mandato correspondente ao período de uma gestão da Presidência, renovável por mais outra gestão.

São prerrogativas do(a) articulador(a) do regional:

- Coordenar a Cepast regional, favorecendo espaços e fluxos de comunicação entre os membros;
- Organizar e convocar os membros da Comissão para os momentos de reunião, retiro, formação e assembleia no regional;
- Acompanhar e subsidiar, sempre que solicitado, o planejamento e o compromisso pastoral das dioceses e prelazias;
- Manter vivo o diálogo com o bispo referencial do regional, para que, em conjunto, articulem a Comissão;
- Garantir o diálogo com a Cepast Nacional, sendo agente multiplicador das iniciativas propostas pelo nacional;
- Participar das reuniões virtuais e presenciais com a Cepast, com destaque para o Fórum nacional, convocado uma vez ao ano em Brasília (DF).

7 **Relação e diálogo permanente com a instância nacional da Cepast**

- O Bispo presidente da Cepast Nacional poderá convocar os bispos referenciais dos regionais para reuniões, sempre que necessário.
- A assessoria nacional está à disposição para acompanhar assembleias e outras atividades das Comissões regionais, mediante comunicação prévia.
- Anualmente, a Cepast Nacional realiza o Fórum da Cepast em Brasília. A participação do(a) articulador(a) regional e do bispo referencial é de suma importância. Ambos serão contatados com antecedência.

8 **Composição da Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora Cepast Nacional**

Apostolado do Mar

Articulação Brasileira da Economia de Francisco e Clara

Cáritas Brasileira

Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Comissão Pastoral da Terra

Comitê Trabalho

Conselho Pastoral de Pescadores e Pescadoras
Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental
Missão Cristã Polonesa
Movimento de Educação de Base
Pastoral Afro-Brasileira
Pastoral Carcerária
Pastoral da AIDS
Pastoral da Criança
Pastoral da Moradia e Favela
Pastoral da Mulher Marginalizada
Pastoral da Pessoa Idosa
Pastoral da Saúde
Pastoral da Sobriedade
Pastoral do Menor
Pastoral do Povo da Rua
Pastoral do Turismo
Pastoral dos Nômades
Pastoral dos Refugiados
Pastoral dos Surdos
Pastoral Nipo brasileira
Pastoral Operaria
Pastoral Rodoviária
Rede Católica LGBTQIAP+
Rede Jubileu Sul
Serviço Pastoral do Migrante

Ações permanentes

Grito dos Excluídos/as
Jornada Mundial dos Pobres
Semana Social Brasileira.



Comissão Episcopal
para a Ação
Sociotransformadora

cepastcnbb.org.br

✉ psocial@cnbb.org.br



@cepastcnbb



cepast-CNBB



cepast CNBB



@cepastcnbb